



01/04/2019

Número: **0801025-80.2018.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **19/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 11137.5**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO
AUTOR	MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14903328	19/06/2018 10:22	PROCURAÇÃO E DOCS-otimizado 1	Outros Documentos
15479542	21/07/2018 14:00	Despacho	Despacho



CLECIO SOUZA
ADVOGADOS

PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA ET AD NEGOCIA ET EXTRA”

OUTORGANTE:

MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA, brasileira, solteira, portador do RG nº. 2.912.846 SSP/PB, e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 049.127.334-74, residente e domiciliado na Rua Santana de Brito, nº 73, Areial, no município de Mamanguape/PB, CEP: 58.280-000.

OUTORGADOS: CLECIO SOUZA DO ESPÍRITO SANTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº 14.463, OAB/RN nº 905- A e OAB/PE nº 43563, e VITOR CAVALCANTE DE SOUZA VALERIO, brasileiro, casado, advogado - OAB/PB nº 15.027 e OAB/RN 901- A, SÓCIOS do Escritório CAVALCANTE & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS, Sociedades de Advogados, inscrito no CNPJ sob n.º 14.719.128/0001-14, e também na qualidade de associados à Dra. MARIA DO SOCORRO H. LEITE - OAB/PB nº 11.708, CLAYTON SOUZA DO ESPÍRITO SANTO, OAB/PB 23.665, ROBERTA DE SOUZA FREITAS, OAB/PB 24.409, JOSIENE ALVES MOREIRA, OAB/PB 17.135, todos domiciliados profissionalmente na cidade de João Pessoa/PB, na Rua Otacílio de Albuquerque, nº 22, Torre, João Pessoa/PB. Telefones: (83) 3512-8576/98899-8576.

Os Outorgados obrigam-se a prestar aos Outorgantes os serviços de advocacia na presente ação.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, para defender os seus interesses e direitos, propondo ação competente em que este seja autor ou reclamante e defendendo-o quando for réu, interessado ou requerido, o(s) outorgante(s) supra nominado constitui(em) e nomeia(m) os outorgados, como seus procuradores, conferindo-lhes os mais amplos poderes para representá-lo (a) no Foro em geral e ilimitado, em qualquer instância judicial e ou nos atos extras judiciais, com a cláusula “AD-JUDICIA ET AD NEGOCIA ET EXTRA”, bem como para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante o Instituto Nacional do Seguro Social, para assinar requerimentos, guias e documentos, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, interpor e acompanhar recursos e procedimentos em qualquer instância, sendo, ainda, expressamente autorizado a receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, tudo nos termos do Art. 105 do CPC e, ainda, receber alvará judicial, RPV e precatórios junto à Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou qualquer instituição financeira, deduzindo e compensando as despesas de verbas honorárias contratuais e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas e ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, com autorização ainda para substabelecer o presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier e para renunciar os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando assim todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho desta outorga, sendo que dará a tudo o que fizer o(s) referido(s) procurador(es), por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO: Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, o (a) outorgante(s), **DECLARA(M)** que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal e do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

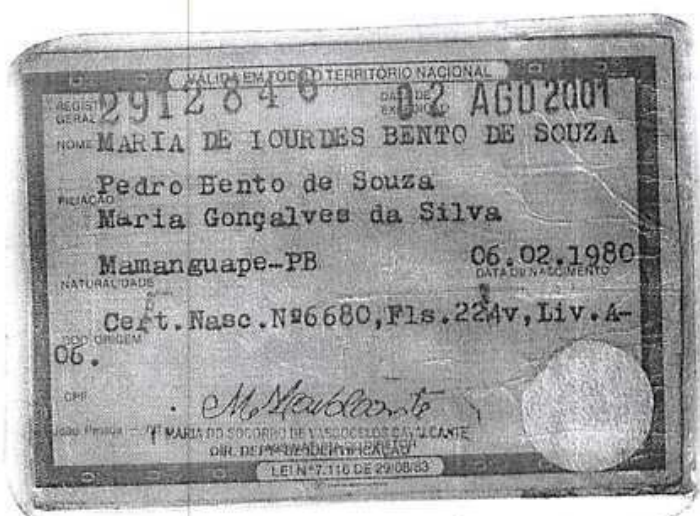
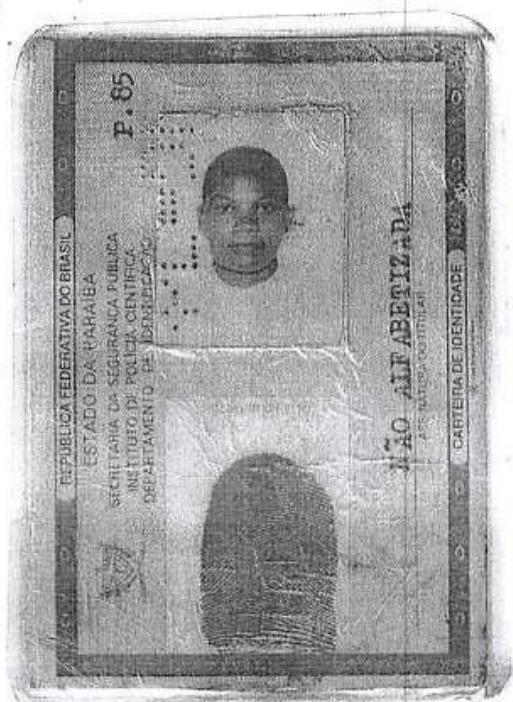
Mamanguape/PB, 17 de Outubro de 2017.

MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA



Mattiz, Rua Otacílio de Albuquerque, 22 - Torre - João Pessoa - PB
83 3512-8576 / 3043-2144
www.cleciosouzaadv.com.br / cleciosouzaadv@gmail.com

Ends: Paraíba: Sapé - Rio Tinto - Baía da Traição - Poçoinhos - Piancó - Cajazeiras



MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA
RUA SANTINA DE BRITO BARBOSA, 73 - AREAL
MAMANOIAPE/ PB CEP: 56260000 (AS-14)

Emissão: 27/09/2017 Referência: Set / 2017
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO BR230, Km 25 - Creta Redentor - João Pessoa/ PB - CEP: 58071-690
Roteiro: 16 - 14 - 150 - 3080 NP medidor: 00001276870

energisa
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº001.213.739
Cód. para Dab. Automático: 00004226788

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Assessoria energética com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da

CDC/ CNID/ DANI

Set / 2017

27/09/2017

27/10/2017

4912733474

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/422078-6

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Ao acessar: www.energisa.com.br/voc@ resolve tudo o que precisa com agilidade e facilidade. São vários serviços disponíveis, como segunda via da conta, mudança de titularidade, religação, consulta a dívidas, entre outras.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 28/08/17	Leitura 12801	Data 27/09/17	Leitura 12893	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Aliq. Icms(R\$) Base Calc. Pto(R\$) Cofins(R\$)
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,234010	7,02 25 1,75 7,02 0,03 0,18
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	82,000	0,401170	34,87 25 24,87 25 6,23 34,87 0,11 0,52
0801	Adic. B. Vermelha	0,17	0,17 25	0,04 0,17 0,00 0,00
0801	Adic. B. Amarela	1,17	1,17 25	0,29 1,17 0,00 0,02
0810	Subsídio	32,25	32,25 25	8,06 32,25 0,18 0,88
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA	9,18	0,00 0	0,00 0,00 0,00 0,00
0899	DEBITO COMPENSADO 08/2017	4,53	0,00 0	0,00 0,00 0,00 0,00
0908	Devolução Subsídio	-23,38	0,00 0	0,00 0,00 0,00 0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 54,91 65,48 18,37 65,48 0,30 1,38

Média últimos meses (kWh)

100

VENCIMENTO
04/10/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 54,91

Histórico de Consumo (kWh)

128 | 123 | 77 | 100 | 107 | 113 | 88 | 100 | 64 | 114 | 113 | 78
Ago/17 | Jul/17 | Jun/17 | Mai/17 | Abr/17 | Mar/17 | Fev/17 | Jan/17 | Dez/16 | Nov/16 | Out/16 | Set/16

RESERVADO AO FISCO

037c.99bb.8179.31a8.ba17.efdf.7.6b8f.0cd9.

Indicadores de Qualidade

7/2017 - Rota Tinta

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,47	0,35	
DIC TRIMESTRAL	12,94		
DIC ANUAL	25,88		
FIC MENSAL	3,67	1,00	
FIC TRIMESTRAL	7,35		
FIC ANUAL	14,70		
DMIC	3,80		
DICR	12,22	0,35	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	8,88	16,16
Compra de Energia	11,40	20,76
Serviço de Transmissão	1,36	2,48
Encargos Setoriais	2,45	4,46
Impostos Diretos e Encargos	26,21	47,73
Outros Serviços	4,53	8,43
Total	54,91	100,00

Valor do EUSD (Ref. 7/2017) R\$ 16,73

ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso os DEBITOS ANTERIORES, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$23,38.
Resolva Tarifário - Vigência: 28/08/17-Res. ANEEL nº 2.291-Baixa Tensão 13,94% Médio
Resolva Tarifário - Vigência: 28/08/17-Res. ANEEL nº 2.291-Alta Tensão 18,39% Médio

Faturas em atraso

Mai/17 51,06
Abr/17 66,38
Mar/17 49,73
Jan/17 191,75

PARAIBA

Roteiro: 16 - 14 - 150 - 3080
Matrícula: 422078-2017-09-9

VENCIMENTO
04/10/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 54,91

83630000000-4 54910054000-0 04220782017-8 09900014019-6





ESTADO DA PARAÍBA

RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 78 - FONE: (083) 292-2292

CARTÓRIO DO REGISTO CIVIL
 Maria da Penha Ribeiro da Cunha
 filha de Antonio Dutra Ribeiro
 e de Ellete Araújo Cavalcanti Ribeiro
 nascida em MAMANGUAPÉ - GOIÁS
 em 10 de Junho de 1940

DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO

Maria da Penha Ribeiro da Cunha, Oficial do
Registro Civil desta Cidade, servindo na forma da Lei, etc.

CERTIFICO por me haver sido verbalmente requerido, que às folhas Nº 224v
do Livro Nº 4-06 termo 6680 foi lavrado o termo do Registro de
Nascimento de MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA
nascido (a) aos seis(06) de fevereiro (02) de
mil novecentos e oitenta(1980) às 09,15 horas, em
Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Rosario, nesta Cidade de
Mamanguape-Pb. do sexo feminino filho (a) de
Pedro Bento de Souza, e de /
Maria Gonçalves da Silva. /
Sendo avós paternos... Sebastiana Maria da Conceição, falecida. /
e maternos... Ana Maria da Conceição. /
Foi declarante O proprio Pai /
Serviram de testemunhas Waldemar Pic Xavier, Abel de Matos Souza, comerciantes,
residentes nesta Cidade. /
Observações O registro foi feito no dia 20 de fevereiro de 1980. /
MAMANGUAPE 17 de janeiro de 1988

H. Maria da Penha **PARTÓRIO DO REGISTO CIVIL**
 Oficial do Registro Civil - 1ª Civil
 Antônio Dutra Ribeiro
 Elydio Araújo Cavalcanti Ribeiro
 Comarca de Mamanguape - Paraíba

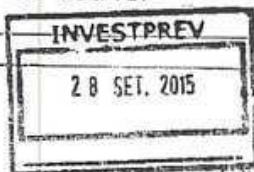


GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
6ª DELEGACIA DISTRITAL DE SANTA RITA

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os registros de ocorrências policiais deste órgão, encontramos a ocorrência de número **2693-2015**, onde presente se achava o Del.Pol. PEDRO MARTINS DOS SANTOS comigo escrivão por volta das 15.30.00hs compareceu a pessoa: O NOTICIANTE MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA, brasileira, solteira, profissão agricultora NASCIMENTO: 06/02/1980 FILIAÇÃO: Pedro Bento de Souza e Maria Gonçalves da Silva RG: 2912846 PB NATURAL de MAMANGUAPE/PB Residente: Rua SANTINO DE BRITO BARBOSA, S/N, AREIAL, MAMANGUAPE

HISTÓRICO- Que no dia 05/06/2015, a mesma vinha voltando do Mercado Público ocasião em que pegou um Moto taxi, ao descer da moto tentou atravessar a Br 101, Mamanguape, e ao atravessar a rua, foi surpreendida por um veículo de caracteres desconhecido, que a atropelou, que em decorrência do choque a mesma a notificante veio ao solo quando foi solicitado pronto socorro que a conduziu para o Hosp.de Emergências e Traumas Senador Humberto Lucena. Que, a notificante foi orientada a procurar a delegacia local para dar prosseguimento aos trabalhos judiciais o referido é verdade dou fé.



SANTA RITA /PB, 02 de SETEMBRO de 2015.

Noticiante Maria Lourdes B. de Souza

Escrivão de Polícia Civil [Assinatura]

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Maria de Lourdes Bento de Souza, portador da carteira de identidade nº 2912846 SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 049 127 334-74, residente e domiciliado na Rua Martins de Brito Barbosa, nº 73, Anicel, Cidade Mamanguape, Estado Pernambuco, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

João Pessoa, 13 de novembro de 2017
Local e data



ATESTADO MÉDICO



Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a)
Sr.(a) Moro L. B. Souza portador(a)
da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a)
foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas,
portador(a) da patologia CID-10 S42,
devendo permanecer afastado(a) de suas atividades
laborativas por um período de 60 (noventa)
dias, a partir desta data.

João Pessoa

01/07/15

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
autorizo o(a) Dr.(a) _____, a
registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso
neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA - PACIENTE

2ª VIA - ANEXO AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

F(NG).CC.003-1



2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
Rua Pres. J. Pessoa, 47. Centro - Mamanguape - PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi
exibido. Dou fé. (Art.365-III do CPC).
Mamanguape/PB - 28/09/2017
Selo Digital: AFU93961-1JS9
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Emol R\$2,31 Farpem R\$0,27 MP R\$0,04 Fepj R\$0,46



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA
HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
Audo Médico / Resumo de Alta



Nome: <u>Mora de Lourdes B. Souto</u>		Registro:			
Idade:	Sexo:	Cor:	Clinica:	Enf:	Leito:
Data de admissão:			Data da alta: <u>01/07/15</u>		
Diagnóstico inicial:					
Diagnóstico final: <u>LAC</u>					
Outros diagnósticos:					
Principais exames:					
Cirurgia realizada - data e equipe: <u>fixar</u>					
Terapêutica medicamentosa:					
Anatomia patológica:					
Infecção: sim () não () Coleta de material: sim () não ()					
Resultado bacteriologia:					
Condições de alta: Melhorado () Removido () A pedido () Curado () Óbito ()					
Resumo clínico: história evolução, terapêutica, complicações: <u>1 DPB p/ queixas</u>					
Orientações Pós Alta					
Dieta:					
Repouso:					
relativo em casa por, _____ dias.					
retorno às atividades sem esforço físico em, _____ dias.					
retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em, _____ dias.					
Cuidados com a ferida operatório: lava-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.					
Medicações para casa:					
Retorno:					
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.					
Ao ambulatório em _____ dias para revisão.					
João Pessoa: <u>01</u> de <u>07</u> de <u>15</u>					
Ass. Médico / CRM					
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					



AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art. 365-III do CPC).

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
Rua Pres. J. Pessoa, 47, Centro - Mangueira - PB

Mangueira/PB - 28/09/2017
Selo Digital: AFU93962-ZU8Q
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Emol R\$2,31 Farpen R\$0,27 MP R\$0,04 Fej R\$0,46



Seguradora Líder • DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Maria de Lourdes Bento de SouzaPORTADOR(A) DO RG Nº 2912846EXPEDIDO POR SSP/PBEM 02 / 08 / 17CPF 049127339-7 / CNPJPROFISSÃO agricultora

E RENDA MENSAL DE R\$ 937,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Maria de Lourdes Bento de Souza AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL, www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISPDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para o depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scan ou colados, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 237 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 2159-8 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0000870-2

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

João Pessoa 13 de novembro de 2017
LOCAL E DATA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago após o registro do óbito na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que será pago após a perícia médica e a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradordetrânsito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0321188.



2ª Vara Mista de Mamanguape

0801025-80.2018.8.15.0231

AUTOR: MARIA DE LOURDES BENTO DE SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Vistos,

1. Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC.
2. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo de designar audiência de conciliação** (CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM), após oportuna análise da conveniência e, especialmente, considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo e não há nulidade sem prejuízo.
3. **Cite-se a parte Ré para contestar** o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

4. Transcorrido o prazo concedido para a defesa e sendo esta apresentada, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **apresentar impugnação**, CASO seja(m) lançada(s) (I) preliminares¹, (II) defesa indireta de mérito² ou (III) juntada de documentos³, permitindo-lhe a produção de prova (itens I, II e III), ou a impugnação correspondente (item III).

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado/carta.

21 de julho de 2018

JUIZ(A) DE DIREITO

Endereço para intimação/citação/notificação do(a/s) promovido(a/s)/impetrado(a/s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5, 6, 9, 14 e 15 Andares, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ
- CEP: 20031-205

¹ **CPC - Art. 351.** Se o réu alegar qualquer das matérias enumeradas no [art. 337](#), o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova. **Art. 337.** Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: I - inexistência ou nulidade da citação; II - incompetência absoluta e relativa; III - incorreção do valor da causa; IV - inépcia da petição inicial; V – preempção; VI –

litispendência; VII - coisa julgada; VIII – conexão; IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; X - convenção de arbitragem; XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual; XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar; XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

2 CPC - Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

3 CPC - Art. 437. O réu manifestar-se-á na contestação sobre os documentos anexados à inicial, e o autor manifestar-se-á na réplica sobre os documentos anexados à contestação. § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no [art. 436](#). **Art. 436.** A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá: I - impugnar a admissibilidade da prova documental; II - impugnar sua autenticidade; III - suscitar sua falsidade, com ou sem deflagração do incidente de arguição de falsidade; IV - manifestar-se sobre seu conteúdo.